

Redução do apoio ao Orçamento: Défice será coberto por receitas internas – diz Ministro da Planificação e Desenvolvimento reagindo à decisão da Suécia de baixar sua participação

O Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia, disse ontem que o Governo vai usar as receitas internas para cobrir a lacuna provocada no Orçamento do Estado de 2008 pela redução da ajuda da Suécia ao país.

Cuereneia referia-se à recente decisão da Suécia (anunciada no mês passado, através da Imprensa), de reduzir em cerca de 3,3 milhões de dólares o seu apoio ao OE, devido à alegada falta de progressos no combate à corrupção. A Suécia é um dos 19 parceiros que canalizam apoio directo ao Orçamento de Moçambique.

“Moçambique tem formas de cobrir esta situação através das receitas internas e da contribuição dos parceiros que estão agora a trabalhar connosco”, disse, falando a jornalistas.

Cuereneia disse não ter informação oficial sobre a pretensão da Dinamarca (anunciada ontem pela BBC) de reduzir o seu apoio a Moçambique caso não se verifiquem avanços nos esforços de combater a corrupção.

Acrescentou que no encontro havido sexta-feira em Maputo com membros do Governo dinamarquês, nenhuma informação foi avançada nesse sentido.

Disse, igualmente, que em nenhum momento o Governo recebeu a informação da decisão da Noruega de reduzir o nível da assistência ao país, por isso mesmo os fundos prometidos por este reino europeu para o presente ano estão a fluir normalmente. No próximo ano, os fundos da Noruega vão também fluir normalmente, segundo prometeu o ministro.

“Houve uma conclusão: há um projecto concreto de planificação e finanças descentralizadas que abrangia algumas províncias e contava com o apoio da Noruega. O projecto está agora a ser redesenhado para abranger todo o nosso país e nesse novo redesenho nós estamos em busca de parceiros para trabalhar nesta nova modalidade em que a Noruega não está a participar”, explicou.

Segundo a fonte, a não participação deste país neste projecto particular não tem nada a ver com a alegada falta de avanços no combate à corrupção. Ele referiu haver outros países que também não vão participar no projecto nessa nova modalidade.

Aiuba Cuereneia disse que, actualmente, o país tem estado a registar progressos no tocante ao combate à corrupção, facto resultante do reforço das instituições nacionais de justiça. Segundo ele, nessas acções, o Estado conta com o apoio dos próprios financiadores externos.

“Um dos grandes problemas era o relacionado com o processo do Banco Austral. A Procuradoria-Geral da República já começou a fazer audições e o Ministério das Finanças já forneceu as percentagens dos valores do dinheiro que tinha sido atribuído pelo banco a vários mutuários”, referiu.

AIM

Redução da ajuda sueca ao país

por ELÍSIO MACAMO - Sociólogo

É CAPAZ de ser uma luz. O Presidente Guebuza disse numa entrevista à STV, reagindo à redução do auxílio sueco a Moçambique, que temos que trabalhar e produzir mais para não precisarmos mais desse tipo de ajuda. Qualquer coisa assim. Gostei. Há muito que devíamos pensar nestes termos. Não era preciso que os suecos nos viessem com esta para dizermos isso. É verdade que se nunca o fizemos não foi só pelo comodismo. A própria lógica do auxílio ao desenvolvimento é também responsável por isso. Ela encoraja-nos a pensarmos que desenvolvimento só é verdadeiramente desenvolvimento quando os nossos “parceiros” nos “ajudam”. Por essa razão acho extremamente oportunas as declarações do Presidente da República. Considero também vital que elas sejam discutidas amplamente no país. Vou dar o pontapé de saída.

A história começa com a decisão sueca de Maio deste ano de reduzir o seu apoio a Moçambique no quadro do programa de apoio directo orçamental. A razão que foi dada pelos suecos está ligada ao que eles consideram de fraco desempenho do governo moçambicano no combate à corrupção e na promoção da transparência. São razões muito fortes. Um caso que enerva os suecos de forma muito particular é a questão do Banco Austral que até aqui ainda não está clarificada. O embaixador sueco em Maputo é citado pelo jornalista britânico Joseph Hanlon como tendo dito que o dinheiro que foi criminalmente retirado dos cofres daquele banco vem do bolso dos contribuintes suecos e teria servido para construir vários hospitais e escolas. Para castigar o governo moçambicano decidiu-se, então, reduzir o auxílio sueco em cerca de quatro milhões de dólares. Portanto, e seguindo a lógica do embaixador sueco, o dinheiro agora cortado não vai construir mais nenhuma escola ou hospital para os que vivem na pobreza absoluta.

DOIS CORTAM, QUATRO AUMENTAM, OS RESTANTES MANTÊM

É uma história estranha e implausível. É estranha porque dos 19 Parceiros da Ajuda a Programas, e segundo uma notícia da AIM de 24 de Julho, só a Suécia e a Suíça decidiram reduzir o auxílio por estas razões. Não creio que isso se deva ao facto de estes dois países terem nomes quase idênticos. Há-de haver outras razões. Quatro membros desse grupo, nomeadamente a Áustria, a Alemanha, a Irlanda e a Espanha, tencionam aumentar a ajuda. Isto é estranho porque a indústria do desenvolvimento parte do princípio de que os seus critérios são claros e objectivos e que a resposta à realidade é, por via disso, apenas uma. Sendo assim, levanta-se a questão de saber quem está a ser incoerente. A Suécia e a Suíça? A Irlanda, Alemanha, Espanha e Áustria? Os restantes 13? E supondo que o Governo moçambicano não esteja deliberadamente a dar conta do recado, que mensagem é que isto envia a esse governo? Que está tudo bem, o problema é só dos suecos e suíços?

Portanto, a história é estranha. Mas é também implausível. O apoio sueco a Moçambique sempre foi incondicional. O nosso país deve muito à generosidade de governos suecos sucessivos. Já houve piores momentos na história do auxílio ao desenvolvimento, mas os suecos sempre se mantiveram firmes na sua convicção de que o auxílio ao desenvolvimento é um importante instrumento de promoção do desenvolvimento. Nos últimos anos houve uma melhoria significativa de instrumentos de controlo de despesas públicas e adjudicação de contractos públicos. Essa melhoria deveu-se fundamentalmente aos esforços do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, mas também ao investimento que os demais doadores fizeram naquilo que eles chamam de “capacity building”. Esse investimento está agora a surtir efeitos e tem permitido ao Tribunal Administrativo, por exemplo, fazer uma melhor auditoria das despesas públicas. Recentemente, uma equipa do Ministério do Trabalho identificou problemas sérios no Instituto Nacional de Segurança Social e trouxe isso a público. A apresentação em “power-point” do relatório dessa investigação circulou pela internet a uma velocidade maior do que o tempo que alguns de nós levam para dizer “jatropa”. Ainda não chegamos ao ponto onde as coisas funcionam perfeitamente, isto é ao ponto onde se apontam falhas e a Procuradoria-Geral da República imediatamente instaura processos. Também ainda não há transparência suficiente em casos de conflitos de interesse entre governantes e sector privado.

Mas daí a dizer que o desempenho do governo é fraco a este nível vai uma grande distância, por muito crítico que se queira ser. E ainda nem estou a levantar a questão de saber porque a redução em cerca de 4 milhões de dólares é a medida mais adequada de reacção ao fraco desempenho. Porque não 5, 6, 10, 20 ou 35? Os contribuintes suecos vão ficar com melhor disposição sabendo que quando o seu dinheiro não é devidamente usado aplica-se um corte de cerca de 10 por cento? Pior ainda, tudo indica que a razão principal desta acção é o que ainda não se fez em relação ao caso do Banco Austral, portanto, algo que não reflecte necessariamente as estruturas de prestação de contas que foram montadas nos últimos anos.

A propósito disto abro um pequeno parêntesis para dizer que a atitude dos doadores em relação ao Banco Austral é, para mim, problemática se tomarmos em conta o que eles nos têm dito sobre o Estado de direito. Está assente na cabeça de todos nós que o banco foi pilhado e existe muita documentação que aponta nesse sentido. Mas nenhum tribunal ainda se pronunciou directamente sobre quem tem culpa. Todos nós “sabemos” quem tem a culpa. Mas, repito, nenhum tribunal ainda se pronunciou, logo, o princípio de presunção de inocência deve ser observado. Mas a insistência na “resolução” deste caso, verdadeiro cavalo de batalha de todo aquele que quer se convencer do que está mal no nosso país, conduz-nos a uma situação em que a presunção de inocência está em vias de extinção. Vamos voltar aos tribunais revolucionários pela mão de doadores e compatriotas cheios de certezas. Imaginemos o seguinte cenário: o Procurador-Geral da República decide, com base no relatório forínsico que está agora em sua posse, que há matéria para instaurar processo; a máquina judiciária entra em funcionamento,

indiciam-se pessoas, são levadas a tribunal, discute-se, interroga-se, contra interroga-se, são apresentadas provas, discutidas, etc., e o tribunal decide que não tem matéria para sustentar a acusação do ministério público. E depois? Vão todos os doadores cortar a ajuda a Moçambique porque um juiz não achou ter matéria suficiente para levantar a presunção de inocência? Vão (continuar a) dizer que houve interferência política? Vão preferir que o tribunal condene só para se ter condenados? Só para se demonstrar “seriedade”?

Reparem que não estou a dizer que este seja o caso. Estou simplesmente a levantar um problema de princípio que reflecte uma certa atitude arrogante por parte dos doadores. E isso não diz bem das suas próprias credenciais democráticas. Mas, lá está, o auxílio ao desenvolvimento promove a democracia nos nossos países, mas a nossa relação com os nossos “parceiros” não é necessariamente democrática. Esta atitude não diz bem nem da visão estratégica dos doadores. Na verdade, a questão do Banco Austral, pelo menos do ponto de vista dos doadores, não devia ser uma questão de levar o caso a tribunal ou não, mas de saber se em Moçambique houve, nos últimos anos, avanços significativos no sentido de impedir que coisas idênticas (ou próximas disso) se repitam. E a minha impressão neste momento é de que houve avanços significativos, mesmo se o caminho a percorrer continue longo demais. Os doadores estão a transformar o caso Banco Austral num assunto político com poucas possibilidades de fazer valer a legalidade. Acho isso estranho, apesar de compreender as suas preocupações de fundo em relação ao que aconteceu com o dinheiro que eles nos deram.

Só que isto é sintomático de muita coisa que está mal na nossa relação com doadores e que nos devia preocupar imenso. Em tempos escrevi aqui uma série sobre uma dessas coisas a qual chamei de “realidade da corrupção” para advertir contra a trivialização do nosso sistema político. Normalmente, quando se fala de trivialização da política tem-se em mente a tendência de se utilizar o parlamento para simplesmente carimbar as decisões tomadas pelo governo em articulação com os doadores. Os próprios doadores estão cientes das consequências nefastas resultantes do facto de o nosso governo prestar mais contas aos doadores do que ao seu próprio eleitorado. Tenho a impressão de que muitos doadores gostariam de mudar isto em linha com os seus próprios princípios democráticos que assentam na ideia de que um sistema político só é representativo e faz sentido quando responde ao seu próprio eleitorado. Mas não fazem a mínima ideia como.

E isso não é de estranhar porque têm dificuldades em ver que o travesti que se está a fazer da democracia em Moçambique reflecte aspectos centrais da lógica do auxílio. Aquilo que nos seus próprios países é resultado de compromissos políticos de vária ordem chega ao nosso país como solução técnica que não pode ser tocada politicamente. É só implementar, acham eles. Mas é só *fazer kathla político* cá do nosso lado para os ter a gritar *corrupção* por todo o lado. Um diplomata europeu bastante perspicaz que, infelizmente, já não está em Moçambique, deu-me uma lição de análise política que faria também muito bem aos seus colegas em Maputo. Reflectindo sobre as mexidas feitas pelo Presidente da República no

Ministério da Defesa em Abril deste ano ele considerou politicamente racional a demora do Presidente em afastar o seu cunhado daquele pelouro.

Apontou duas razões fundamentais. A primeira foi simplesmente familiar e não preciso de elaborar ainda mais, senão, talvez, chamar à atenção do leitor para o facto de que este diplomata considerou normal, legítimo e inevitável que isso entrasse na deliberação. Assunto de Estado é assunto de Estado, mas o político que lida com esse assunto é também homem de família. A segunda foi de oportunidade. Ele especulou que o Presidente estivesse ciente de problemas sérios no Ministério da Defesa ligados talvez à articulação entre geração e conhecimento técnico. Supôs que o Chefe de Estado tivesse querido primeiro rejuvenescer o sector todo também do ponto de vista técnico. A prova que ele encontrou foi a mudança no Estado Maior General e a colocação de competência técnica no Ministério. Alongo-me nisto simplesmente para dizer que na perspectiva impaciente da indústria do desenvolvimento, nenhuma dessas considerações deve impedir alguém de fazer aquilo que deve fazer. A divisa para eles é implementar. E implementar já. Pessoalmente, teria preferido que a decisão sobre o anterior Ministro da Defesa tivesse sido tomada mais cedo, mas a grande diferença é que as minhas preferências não vão acompanhadas de nenhum livro de cheques que eu possa andar a abanar à frente do nariz do governo. Elas não têm consequências.

Esta incapacidade de apreciar o muito que é político naquilo que os doadores vêm simplesmente como problema técnico está na base da sua impaciência, mas também da sua dificuldade em satisfazer o seu próprio desiderato de que o sistema político responda de facto ao seu próprio eleitorado. Num estudo realizado a pedido da cooperação britânica sobre os desafios da governação no contexto do apoio directo orçamental alertei justamente contra este tipo de perigos. Sugeri que o maior desafio fossem os nervos dos doadores do que o compromisso do governo com a democracia. Aconselhei muita paciência, mas sobretudo um maior investimento na inversão do sentido da prestação de contas dos doadores para o parlamento moçambicano. Um argumento forte na altura utilizado para aprofundar a discussão das minhas conclusões foi de que o dinheiro era de contribuintes e que se não podia esperar até que um dia os governantes inspirassem maior confiança. Era preciso controlá-los logo. O argumento é forte por ser verdade. Quem dá dinheiro, quer saber o que acontece com esse dinheiro. Isto é tão verdade que revela a extensão do problema. O ritmo a que as coisas devem acontecer não é o ritmo necessariamente exigido pela natureza dos problemas ou pela sua complexidade técnica. É o ritmo exigido pela necessidade de justificar - politicamente, assinale-se (!) - o próprio auxílio ao desenvolvimento. Aí confesso ter dificuldades em perceber até que ponto este é nosso problema, e não dos doadores eles próprios. Ou por outra, somos obrigados a andar a ritmos e a fazermos coisas que não nos são exigidas pelo próprio desenvolvimento, mas sim pelas prioridades políticas dos que nos ajudam e insistem connosco para vermos tudo numa perspectiva técnica.

O QUE FAZ CORRER OS SUECOS?

Assim, volto à minha inquietação sobre o caso. A impunidade da corrupção não me parece uma razão plausível para a redução do apoio a Moçambique. Essa razão pode ser apontada por qualquer outro doador, menos pelos suecos, pois exactamente pela sua atitude benevolente do passado contribuíram também para que nós não déssemos muita importância às preocupações legítimas que doadores têm. Embora não possa analisar o que explica a atitude sueca de forma mais profunda - pelo menos nesta reflexão - diria, rapidamente, que a decisão sueca tem muito pouco a ver com Moçambique. Ela reflecte mudanças na própria Suécia ao nível governamental, mas também uma mudança de orientação intelectual nas camadas da sociedade sueca que sempre apoiaram o auxílio ao desenvolvimento. Sem esses dois ingredientes podíamos (continuar a) roubar que ninguém se chateava assim tanto, o que não quer dizer, obviamente, que roubar seja bom.

Ao nível político temos, na Suécia, um governo da direita. Segundo um desabafo que ouvi recentemente de uma pessoa daquela região escandinava e que participa no processo de elaboração da política europeia em relação à propriedade intelectual - sobretudo no que diz respeito aos medicamentos anti-retrovirais - em defesa da sua própria indústria farmacêutica o governo sueco parece disposto a impor aos países em desenvolvimento medidas draconianas que vão tornar a luta contra o HIV-SIDA ainda mais difícil. Pelo que consta, os suecos têm sido os mais duros nesta questão! Ou por outra, os tempos em que o assunto em si tinha prioridade na mentalidade solidária sueca já lá se foram; agora os interesses tornaram-se mais importantes. E não digo isto em jeito de crítica. Entre fazer bem (salvando os pobres) e fazer aquilo que me vai manter no poder (lixando os pobres, mas protegendo a minha indústria farmacêutica) todo o político racional prefere a segunda opção. Essa é justamente a opção que a lógica da indústria do desenvolvimento constantemente recusa aos receptores de ajuda com a sua obsessão com a ideia de que o único que é racional em política é fazer o que está certo.

Ao nível intelectual o assunto é ainda mais complicado e merece maior reflexão do que a que posso proporcionar aqui. Ouvi uma vez uma ex-ministra da cooperação holandesa, Eveline Herfkens, que é actualmente directora executiva da campanha dos objectivos de desenvolvimento de milénio, a dizer, numa conferência em Lisboa, que o nível de ajuda ao desenvolvimento depende da importância que a própria sociedade confere ao assunto. Ela argumentou que os altos índices de ajuda ao desenvolvimento registados nos países escandinavos, nórdicos bem como no seu próprio país reflectiam o interesse existente nessas sociedades. Os governos reagiam simplesmente a esse interesse. Ora, a ajuda incondicional da Suécia ao longo destes anos teve como pano de fundo esse interesse fomentado por gente internacionalista e solidária a quem devemos muito. Ao mesmo tempo, porém, os níveis de ajuda criaram um exército de profissionais que, em minha opinião, e confirmando um problema geral da indústria do desenvolvimento, nunca teve uma compreensão técnica e científica dos desafios do desenvolvimento ao nível dos grandes recursos que sempre teve à sua disposição. A compreensão foi sempre baseada em fórmulas simples, na

idealização de processos históricos nos seus próprios países e na romanticização da nossa realidade. Houve, no meio de tudo isto, um compromisso ideológico de princípio que deve ser motivo da nossa mais profunda admiração e gratidão, mas repito que a coerência desse compromisso nunca se deveu à uma verdadeira compreensão dos assuntos. Tive um professor sueco de educação política profundamente solidário com Moçambique, mas que tinha grandes dificuldades em enxergar a realidade moçambicana para além do seu vocabulário marxista. E como ele houve, de certeza, muitos, alguns dos quais agora, à semelhança dos nossos próprios ex-marxistas, tentam compensar a sua ingenuidade de então e seu oportunismo de agora com posições moralizantes de muito pouca utilidade prática para os desafios políticos. Muitos dos nossos viraram “críticos” e devem, de certeza, preencher programas de televisão e da rádio com moções de censura ao que o governo não fez para merecer a “ajuda”.

Um aspecto que me parece atizar o fervor da cruzada contra a corrupção, e ligado ainda ao lado intelectual da questão, é a percepção de estilo de vida. Os profissionais tradicionais da ajuda são pessoas que levam vida simples e fulgural, bem ao estilo da orientação ascética protestante dos nórdicos. Não esbanjam dinheiro, não ostentam riqueza, não se interessam por coisas aparentemente supérfluas. Em resumo, não são como muitos dos nossos compatriotas que estão bem. Achrom indecente que figuras políticas de um país que vive da sua ajuda festejem aniversários disto mais aquilo no Hotel Polana. Também acho. É uma questão de moral individual, mas os que ostentam fazem-no ao preço da incompreensão dos eleitores e com o perigo de serem sancionados eleitoralmente. Num país com tanta pobreza esse estilo de vida é bastante saliente. Na verdade, não é preciso muito para destoar. Basta algo tão simples como um telefone celular para distinguir uma pessoa das massas.

E há, entre nós, uma forte apetência para isso, justamente porque quem se distingue tem melhores hipóteses de ser notado e, quiçá, conseguir fazer as suas coisas. Intervém, infelizmente, um elemento racial nisto tudo, pois num país onde os mais pobres são na sua maioria negros, todo o negro afluente dá nas vistas. E isso fica mal. Agora, os nossos amigos ascéticos tiram conclusões mais abrangentes naquele seu jeito característico de fórmulas simples. Eles partem do princípio de que a riqueza ostentada por aí vem de dinheiro subtraído aos pobres. Eles constatam apenas que a pobreza persiste, o país precisa cada vez mais de ajuda e os projectos não têm sucessos. E pensam que alguém é culpado; e esse alguém não podem ser eles porque eles são os bons. A ostentação serve, neste caso, aos olhos dos doadores para explicar os desaires sofridos pelas receitas que eles nos vão passando.

Isto corresponde ao que costumo chamar de fenómeno da bicha. Pensamos que a bicha é longa, quando nós próprios, por nos juntarmos a ela, é que a tornamos longa. Não tenho nenhuma ilusão em relação à forma como algumas pessoas chegaram à sua riqueza, mas também sei que no nosso país é muito fácil, para um número reduzido de pessoas, viver muitíssimo bem sem ter de roubar dinheiro que seja. Basta gerir bem as regalias concedidas pelos doadores, cair nas suas boas graças

para consultorias, workshops, conferências no exterior com respectivos per diem, etc. Entre nós pagam-se salários, com o beneplácito de doadores, que não reflectem de nenhuma maneira o desempenho económico do país. E essas pessoas com esse tipo de regalias sobressaem, ferindo as susceptibilidades de quem acha que se trabalha melhor em prol dos pobres ficando também pobre. Aí as fórmulas simples regressam para reduzir tudo à corrupção. Dessa maneira, já agora, interpela-se menos ainda o que está errado em todo o conceito de auxílio ao desenvolvimento. Fica mais cómodo supor que o insucesso dos projectos bem intencionados se deva à indiferença dos que mandam em Moçambique. Regressa-se ao conforto de fórmulas simples: a corrupção está a impedir o desenvolvimento em Moçambique. No passado já foram mais sofisticados. Diziam que era o imperialismo, capitalismo, ordem económica internacional, mentalidade africana e não sei que mais. Agora é a corrupção. Não obstante, torna-se cada vez mais evidente que a realidade resiste a fórmulas simples e, pior ainda, que não é simplesmente anunciando o desenvolvimento que ele vai ocorrer. Não é declarando os objectivos de desenvolvimento do milénio que serão alcançados. Não é declarando a harmonização do auxílio ao desenvolvimento que ela vai automaticamente ocorrer. Com a resistência da realidade a fórmulas simples, muitas das pessoas que nos têm vindo a ajudar ficaram mais desorientadas ainda. Estranhamente, porém, continuam a preferir fórmulas simples do tipo “*o dinheiro que foi roubado dos cofres do Banco Austral podia ter servido para construir hospitais e escolas*” como se nos seus próprios países fossem possíveis equações tão simples como essa. Inventam, para o efeito, a figura do “contribuinte” que é, bem vistas as coisas, um expediente retórico para justificar decisões tomadas, ao que tudo indica, de ânimo leve. A manutenção de ajuda ao desenvolvimento a níveis consistentemente elevados exige uma comunidade de contribuintes que atribui importância capital à solidariedade, mas isso não significa que a redução reflecta necessariamente a diminuição da solidariedade. Se a opinião de um contribuinte realmente conta, porque o orçamento moçambicano tem que ser aprovado pelos “parceiros” antes de ir ao parlamento?

Há vários exemplos, embora não necessariamente da Suécia (felizmente!), de países doadores que despejaram milhões de dólares para os bolsos de cleptocratas assumidos sem nenhum pestanejar de olhos, mas com forte oposição interna. Portanto, cantigas. Mas são as cantigas de gente que nunca percebeu devidamente os desafios do desenvolvimento e, infelizmente, não está em vias de os perceber. Mas é gente perigosa porque pensa ter a faca e o queijo na mão. De outro modo não se percebe porque depois de tanto alarido em relação à harmonização de políticas e de previsibilidade no auxílio aparecem dois países, no meio de 19, a dizerem que vão diminuir o apoio pelas mesmas razões que levam os outros a manter ou mesmo a aumentar esse apoio. E o mais perverso nisto tudo é que quando alguém aparece a criticar a indústria do desenvolvimento, muitos dos seus profissionais colocam-se imediatamente na defensiva e começam a dizer que os pobres precisam dessa ajuda. Pelo menos até ao momento em que eles decidem que devem punir um governo. Acho isso, no mínimo, hipócrita.

MAS A SUÉCIA GOSTA DE NÓS

Ainda bem que a Suécia tomou esta decisão. Está no seu direito, é seu dinheiro. A Suécia conquistou o seu bem estar à custa de trabalho árduo. Na verdade, bem vistas as coisas a Suécia é um mau exemplo para nós. A Suécia e todos os outros doadores. Eles são a prova do que nenhum dos seus profissionais que vivem da ajuda aos outros admitiriam de bom grado, nomeadamente que nenhum país se desenvolveu com auxílio externo. Nem mesmo os famosos tigres asiáticos que simplesmente ignoraram os conselhos desse pessoal todo e definiram para si o que queriam fazer das suas nações. O exemplo mais recente é a China que desafia todos os dias a relação sagrada que se estabelece entre capitalismo e democracia. Não obstante, dizer que nenhum país se desenvolveu com auxílio externo não significa dizer que os países menos desenvolvidos hoje não necessitem de nenhuma ajuda. Significa apenas que estes países é que devem, por si próprios, definir o seu caminho e olhar para o auxílio como um simples complemento.

Sendo assim, ainda bem também que o Presidente reagiu da forma como reagiu. Está no seu direito, é político. Só que esta reacção anunciou uma visão que os seus assessores bem como a esfera pública moçambicana devem tratar de operacionalizar, como se diz em linguagem desenvolvimentalista. Os suecos gostam de nós e estão a oferecer-nos a liberdade que a lógica do auxílio ao desenvolvimento não nos permite ver. Com efeito, não me admiraria que aparecesse um engraçadinho qualquer das hostes do partido no poder ou mesmo da oposição a anunciar um programa político que vise recuperar o apoio sueco e garantir que os suecos voltem a dar tanto quanto nos deram no passado, senão mesmo mais. Não me admiraria, também, que os próprios suecos encorajassem esse tipo de discurso. Mas esta não me parece a altura adequada para, de um lado, batermos palmas à punição do nosso governo pelos doadores, ou, do outro lado, rezarmos para que o petróleo venha mais cedo ao país de modo a não mais dependermos de outros. Petróleo sem ideias próprias também não ajuda. O que temos de fazer é abandonar de vez estes delírios messiânicos que nos têm sido característicos.

Nesse sentido, há duas tarefas inadiáveis na sequência disto tudo. Precisamos, para começar, de rever o que falhou e conduziu à ira dos suecos. Não podemos simplesmente dizer “*que fiquem com o seu dinheiro!*”. É evidente que as coisas ainda não estão a funcionar bem. Todavia, é do nosso interesse que elas funcionem. Para que isso aconteça precisamos de ser mais implacáveis connosco próprios e investir mais na regulação das nossas coisas. Este seria um momento ideal para montar uma comissão de inquérito que incluísse todas as forças políticas e cívicas da nossa terra com mandato para tecer recomendações que visem mudar as coisas.

É do interesse do governo baixar as armas internas quando o verdadeiro interesse nacional está em jogo. Escusado será dizer que se não fizermos depender o funcionamento dessa comissão de inquérito de financiamentos externos termos, então, passado o primeiro teste de independência. Como estamos a ver com os suecos, qualquer pretexto serve para justificar uma decisão provavelmente tomada por outro tipo de razões.

Não devemos apurar o que correu mal para darmos satisfações aos suecos; devemos o fazer para dar satisfações a nós próprios e sermos responsáveis pelo nosso próprio destino. Nunca é tarde para valorizarmos o 25 de Junho de 1975. Há gente que morreu por isso. Precisamos também de ter uma ideia do que temos de fazer para, a curto prazo, reduzir a nossa vulnerabilidade em relação aos que gostam de nós. Os que gostam de nós, gostam de nós até descobrirem que têm também interesses. E agora já descobriram isso. O que Isso significa é que temos que investir mais na perspetivação do nosso futuro. Os grupos organizados da nossa sociedade civil, por exemplo, o Grupo Moçambicano da Dívida, já estão a reflectir sobre estas coisas, conforme soube recentemente de Fernando Menete, membro desse grupo, numa discussão recente na internet. Eles parecem ter ideias claras sobre o que chamam de “orçamento soberano”. Temos organizações como a “Cruzeiro do Sul” criada pelo saudoso José Negrão e que Luís Filipe, coadjuvado por gente hábil e perspicaz como o economista Dipac Jaientalal, vai conduzindo por estes mares turbulentos. É gente e são organizações – não mencionei todos, nem todas – que revelam a existência de um desiderato de independência que o governo pode muito bem convidar a reflectir. A ideia não seria de criar consensos nacionais, mas de indicar que a independência está de novo no topo da agenda política e que quem pensa nesses termos está em boa companhia.

Conforme tenho vindo a argumentar nestes últimos anos, a recuperação da nossa independência passa por abandonarmos uma ideia perniciosa da indústria do desenvolvimento segundo a qual o desenvolvimento estaria em metas definidas na Assembleia Geral das Nações Unidas ou em agirmos de acordo com o ditame de burocratas internacionais impermeáveis ao nosso controlo. É cada vez mais evidente que o desenvolvimento consiste em nos livrarmos dos que nos querem ajudar, isto é em criarmos as condições para deles prescindirmos. O desenvolvimento é a nossa prerrogativa de cometermos os nossos próprios erros.

A Suécia e o Presidente da República lançaram um grande desafio a todos nós. Não tenhamos medo da independência!

ELÍSIO MACAMO - Sociólogo

Savana 22 de Agosto de 2008

“Governo não está a cumprir com os seus compromissos”

- Diz Giorgino Dhima, da Cooperação Suíça em Moçambique, que confirma e justifica a redução do apoio directo ao OE a partir de 2009

Por Ericino de Salema

A não existência de progressos no combate à corrupção e na observância das regras da boa governação no país está a levar alguns dos doadores que prestam apoio directo ao Orçamento do Estado (OE) a reverem as suas estratégias. Os mais cautelosos estão a optar por manter, para 2009, o

que deram este ano, enquanto que outros estão a reduzir o seu bolo. Depois da Suécia, agora é a vez da Suíça confirmar a redução do seu apoio ao OE. O SAVANA apurou que, afinal, os doadores escreveram uma carta a Aiúba Cuereneia a 22 de Maio último, comunicando-lhe, de entre outros, da redução do apoio por parte de dois países. É caso para dizer que a procissão ainda nem saiu da igreja...

A Suíça decidiu, efectivamente, em reduzir, a partir do próximo ano, o apoio directo ao OE moçambicano, em virtude de o governo não estar a cumprir com os seus compromissos estabelecidos com os Parceiros de Apoio Programático (PAP), conforme revelou esta quarta-feira ao SAVANA Giorgino Dhima, director residente adjunto da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC) no país.

“A redução do apoio que prestamos ao OE deriva do facto de não estarmos satisfeitos com o desempenho do governo no domínio da governação, em termos gerais, e do combate à corrupção, muito em particular.

Achamos, sinceramente, que o governo não está a cumprir com os seus compromissos”, sublinhou.

Dhima precisou que a referida redução “é simbólica”, pelo que, no lugar dos 8 milhões de francos suíços concedidos este ano, “no próximo vamos desembolsar 7.5 milhões de francos suíços”. A relação entre o franco suíço e o dólar norte-americano é quase de um para um.

O nosso entrevistado afirmou haver ainda falta de diálogo contínuo entre o governo e os seus parceiros de cooperação, ao que se acresce, ainda segundo ele, o facto de haver “crónicos atrasos no processo de prestação de contas”. No seu entender, “o diálogo cria confiança”, daí frisar que “estamos sempre a dizer isso nas discussões, mas nada; e o preocupante nisto tudo é o facto de as metas e os indicadores serem definidos em conjunto, e não unilateralmente”.

Em jeito de sustentação das suas afirmações, particularmente no que diz respeito à fraca comunicação entre as partes, Dhima referiu: “Olha que até ao penúltimo dia da revisão ocorrida em Maio último não tínhamos recebido informação sobre a situação dos casos jurídicos ligados ao Banco Austral”.

A Suíça torna-se, assim, no segundo país a confirmar, publicamente, e com recurso às páginas do SAVANA, o que transpirou ao governo há quatro meses. O primeiro país a fazê-lo foi a Suécia, que, por intermédio do seu embaixador em Moçambique, Torvald Akesson, anunciou, há quatro semanas, em entrevista a este jornal, a redução do apoio directo ao OE a partir do próximo ano, mormente devido às mesmas razões: falta de progresso no combate à corrupção e letargia no quadro da observância dos indicadores da boa governação.

Akesson disse a este semanário, na ocasião, ter recebido, do Governo e da Procuradoria Geral da República (PGR), indicações de que as investigações sobre a fraude no antigo Banco Austral seriam finalizadas até ao fim deste ano. Coincidência ou não, o certo é que, nos últimos tempos, tem se registado um outro impulso no quadro das investigações visando responsabilizar os que empurraram aquela instituição

financeira ao precipício, mas, ao que tudo indica, sem muito que não seja simplesmente criar uma outra aparência.

Dinamarca e Noruega mantêm

Das investigações por nós levadas a cabo, nada indica que a Dinamarca e a Noruega tenham igualmente decidido em reduzir o apoio directo ao OE, tal como aconteceu com a Suécia e a Suíça, com a respectiva confirmação por parte de seus quadros de alto nível. Nilf Rich, chefe de cooperação na Embaixada Real da Dinamarca em Moçambique, disse que o seu Governo vai apoiar em 50 milhões de coroas dinamarquesas, equivalente a 236 milhões de meticais, o Orçamento Geral do Estado para 2009, segundo ficou acordado na Revisão Conjunta.

Por seu turno, Mette Masst, ministra conselheira da Embaixada Real da Noruega, indicou que a ajuda anual da Noruega ao país é de 470 milhões de coroas, equivalente a 2.1 biliões de meticais. Deste valor, 160 milhões de coroas norueguesas (acima de 700 milhões de meticais) vão para o apoio directo ao OGE. “Para 2009, tínhamos decidido aumentar mais 20 milhões de coroas (88.4 milhões de meticais), mas na base das discussões havidas entre o G-19 (19 países que apoiam directamente o OGE, também conhecido por Parceiros de Apoio Programáticos) e Governo moçambicano chegámos à conclusão que era melhor manter

os 160 milhões de coroas”, disse Masst. A fonte não precisou as razões que ditaram o aumento da ajuda ao país.

Governo “ressuscita”?

Desde que a Suécia anunciou publicamente, há um mês, o que o governo já sabia deste Maio último, tem se assistido a um “esforço titânico” por parte de vários departamentos governamentais e da magistratura, ao que tudo deixa transparecer no sentido de se mostrar aos “maus dos parceiros” que algo de positivo está a ser feito.

Do rol dessas movimentações, há a frisar, como explicámos acima, a “aceleração” do “caso Banco Austral”, no quadro do que parece estar-se à procura de autores morais antes que se identifiquem os autores materiais, aparentemente, como explicou António Frangoulis, investigador policial com mais de 25 anos de obra, a este jornal, contrasta com aquilo que são as práticas da ciência criminalística.

Como que se estando em face de uma procissão que ainda nem saiu da igreja, há duas semanas foi a vez do próprio governo “discutir”, em sede de sessão semanal [do Conselho de Ministros], a questão da corrupção, para, depois, se chegar à conclusão de que “há progressos”. A transmissão dessa “nova” à opinião pública coube a Luís Covane, porta-voz do governo, que fê-lo por intermédio da comunicação social.

Intenções e discursos à parte, o certo é que, dos pouco mais de 350 casos de corrupção que foram registados no ano transacto pelo Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC), instituição sucedânea da Unidade Anti-Corrupção (UAC), nenhum chegou a ser esclarecido.

Ainda na mesma linha, o Ministério da Função Pública capitalizou, no seu recente Conselho Coordenador

realizado na província de Tete, o facto de pouco mais de dois mil funcionários terem sido expulsos do Aparelho de Estados, alegadamente por terem demonstrado “atitudes contrárias” à “nova dinâmica”... Outra preocupação que tem sido apresentada pelos parceiros de cooperação tem a ver com o que se considera de não melhoria da educação em termos de qualidade, daí que não tem como ser isolado o esforço que, ultimamente, está a ser feito ao nível do Instituto para o Desenvolvimento da Educação (INDE), no sentido de se discutir a qualidade do ensino com todos os *stake-holders*, jornalistas inclusos.

Os 19 PAP, que prestam apoio directo ao OE, são os seguintes: Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Bélgica, Canadá, Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido.

Governo escondeu a verdade

Alguns dias depois do SAVANA publicar a entrevista que fez ao embaixador da Suécia em Moçambique, que foi citada e difundida por várias agências de informação, o ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiúba Cuereneia, foi interpelado por alguns jornalistas, que dele quiseram saber quais eram os comentários que tinha à decisão daquele país, de reduzir, a partir do próximo ano, o apoio directo ao OE.

Cuereneia respondeu que o governo de que é membro ainda não tinha sido notificado sobre tal decisão, “pelo que tudo quanto sabemos é por via da imprensa”, tendo acrescentado que “aguardaremos que a Suécia nos comunique sobre isso, a ser verdade, e, a partir daí, veremos como reagir”.

Com aqueles pronunciamentos, Cuereneia mentiu à opinião pública, uma vez que já sabia, desde 22 de Maio último, daquela decisão, como o prova uma carta a si endereçada pelos Parceiros de Apoio

Programáticos. Numa das passagens mais relevantes dessa missiva, lê-se o seguinte: “Dois doadores decidiram, em função do desempenho em áreas da sua preocupação, reduzir o seu apoio”. Na realidade, esses dois doadores são a Suécia e a Suíça.

Pouco depois, foi a vez de Armando Guebuza afirmar, igualmente em declarações à imprensa, que o governo ainda não fora notificado sobre a redução do apoio directo da Suécia ao OE, tendo precisado que “a ser verdade tal constituirá um grande desafio para nós, dado que temos que produzir o suficiente internamente, para deixarmos de ser dependentes; e temos que aumentar não só a produção, como a produtividade”.

Já esta semana, Cuereneia voltou a falar a jornalistas, tendo afirmado que já tinha recebido a informação da Suécia sobre tal facto. Questionado sobre que saídas serão encontradas para se cobrir o défice do OE – atendendo e considerando que o apoio directo dos 19 PAP ao OE visa suprir o défice orçamental, actualmente situado em 56 por cento –, o ministro da Planificação e Desenvolvimento disse que “iremos recorrer a fontes internas”.

Até aqui, o governo apenas apresentou as ideias que tem sobre como contornar estas ondas de redução

do apoio directo ao OE, sem discutir as razões que levam os doadores a decidirem dessa forma; dito de outra maneira, o governo ainda não disse se corresponde ou não à verdade que não há progressos no combate à corrupção e que “estamos mal” em termos de governação. Na realidade, mesmo se se recorrer ao aumento da produção e da produtividade (Armando Guebuza) ou a receitas internas (Aiúba Cuereneia), a corrupção pode continuar a “roer” o que daí se mostrar disponível, ao mesmo tempo que a não observância da boa governação pode, por exemplo, afugentar investidores.

Moçambique já foi incorruptível

- Recorda-se, nostálgico, o economista Castel-Branco, para quem a questão de fundo é discutirmos que país queremos ser

Comentando as decisões da Suécia e da Suíça de reduzirem o apoio directo que prestam ao OE, o economista Carlos Nuno Castel-Branco começou por dizer que, efectivamente, antes de se procurarem soluções ao problema, é necessário que se discutam as causas de fundo. E, como referimos acima, uma das causas citadas pelos doadores é a corrupção.

Castel-Branco precisou que o governo deve ter bem claro que o combate à corrupção está no topo da agenda dos doadores, daí que devamos discutir, o mais urgente possível, “qual é o país que queremos ter”, sem que tenhamos que ficar à espera da pressão dos doadores, “uma vez que o país é nosso e não dos doadores”.

“Nas décadas 70 e 80 o governo de Moçambique já foi considerado de incorruptível, mas, hoje, o país já figura da lista dos mais corruptos do mundo, enquanto há 20 anos era dos que se destacavam em termos de incorruptibilidade. Há os que dizem que se trata de uma questão cultural; mas como, se há 20 anos não éramos citados como um país corrupto?”, precisou Castel-Branco.

Continuando, enfatizou: “Às vezes, fica-se com a sensação de que não interessa tanto o que os doadores dizem, [pelo que] o importante é arranjar soluções internas. A primeira solução que temos que encontrar é discutirmos que país queremos ter; este é um desafio para todos nós, investigadores, políticos, jornalistas, religiosos e por aí em diante”.

Ajuntou ser tempo de se registarem progressos na governação e no combate à corrupção, o que deve ser acompanhado pela criação da riqueza; por outro lado, referiu ser tempo de se forçar a negociação dos acordos que foram estabelecidos com os megaprojectos, de entre os quais se destacam a MOZAL, as Areias Pesadas e o Carvão de Moatize, embora este último ainda não esteja em exploração.

“Nós damos incentivos fiscais a estes megaprojectos todos, o que não é normal. Estes incentivos fiscais põem em causa a estabilidade social, sem a qual eles (os projectos) não podem funcionar bem. A Zâmbia renegociou os acordos e começou a arrecadar muitos impostos do cobre; garanto-vos que se não tivéssemos a ajuda externa que temos, não estaríamos a dar todos estes incentivos fiscais. Assim, a ajuda externa está a servir essas grandes empresas”, sublinhou

PAG 6 a 9 OPINIAO

EDITORIAL

A ajuda externa e a lealdade ao povo

É mais fácil dizer que é capaz de ser uma luz o facto de um país doador decidir reduzir o apoio que presta ao país por não se sentir satisfeito com o desempenho do governo em certas áreas previamente acordadas. Mas talvez é um pouco mais complicado gerir as consequências de uma tal decisão sobre os planos de desenvolvimento do país.

De qualquer modo, os próprios países da Europa possivelmente não estariam onde estão hoje se depois da segunda grande guerra não tivessem beneficiado do Plano Marshal que ajudou-os a reconstruir as suas economias.

As relações entre o doador e o recipiente da ajuda são inevitavelmente problemáticas, particularmente quando questões políticas sensíveis entram em jogo, numa situação em que o país receptor da ajuda vê-se obrigado a ter que fazer um realinhamento político interno para garantir que os fluxos da ajuda continuem ininterruptos, e literalmente ter que prestar contas ao doador.

Mas a condição de dependência tem inevitavelmente essa dinâmica por vezes intragável. Ninguém quer que alguém de fora tenha que lhe ditar como é que deve gerir a vida política interna do seu próprio país.

Acontece, porém, que Moçambique é um país altamente dependente da ajuda externa, e possui por isso poucas alternativas de afirmar em pleno a sua soberania.

É por isso que a luta pela soberania económica afigura-se de uma importância crucial como o pressuposto básico para o pleno exercício da soberania política.

É nesse contexto que devem ser interpretados os anúncios que têm estado a ser feitos por alguns países, notavelmente a Suécia, de reduzir ou de manter a sua ajuda aos actuais níveis.

Mas será imprudente concluir que essas decisões são completamente descabidas, ou que constituam actos de ingerência externa nos assuntos internos de Moçambique. Em alguns casos as exigências dos doadores reflectem também algumas preocupações internas que têm sido levantadas pelos vários sectores que constituem a sociedade moçambicana. Para não falarmos em termos vagos, é preciso notar que questões relacionadas com os procedimentos administrativos no que diz respeito à utilização dos fundos públicos são preocupações que transcendem a visão dos doadores sobre o processo moçambicano.

No passado já fizemos referência à maneira como alguns concursos públicos são realizados, girando invariavelmente em torno dos mesmos actores, enquanto outros agentes económicos continuam acantonados na periferia.

Há uma segunda questão que tem sido insistentemente levantada mas cuja resposta recusa-se a

surgir. Trata-se de situações de conflito de interesses envolvendo figuras seniores do governo, em concorrência com outros actores, mas que são eles próprios quem em última instância deve tomar a decisão final.

O conflito de interesses neste caso provoca situações em que o governante, no lugar de concentrar todos os seus esforços na acção governativa, passa a dedicar uma parte considerável do seu tempo e talento a gerir negócios e negociar contratos.

Moçambique pode perfeitamente poupar-se dos embaraços pelo que tem que passar se o governo fazer passar ao nível do parlamento um instrumento legal no qual esteja claramente definido quais são os limites de acção na esfera empresarial que devem ser impostos a figuras ligadas ao governo.

Há uma terceira área cuja importância não pode ser descurada. É a área da justiça, onde a transparência na tramitação de casos e a integridade dos funcionários a ela ligados é de suprema importância. Infelizmente há uma multiplicação de incidentes envolvendo este sector que levam a concluir que o governo está a ficar habituado a dar-se tiros nos pés.

O governo não terá que corresponder às exigências que lhe estão a ser feitas como forma de dar satisfações aos doadores e levá-los a aumentarem os seus pacotes de ajuda.

O governo deve, em primeiro lugar, lealdade ao povo moçambicano, que é quem lhe dá confiança com o seu voto.

PAG 15 PAIS

Sobre a redução do apoio orçamental a Moçambique

Alguns elementos contextuais

*Por Marcelo Mosse**

O controlo da corrupção é um compromisso que o Governo assumiu com os doadores desde o colapso do Banco Austral. Houve sempre uma expectativa dos doadores de que o Governo fizesse qualquer coisa, mostrando pelo menos alguma eficácia na reacção judicial contra o fenómeno. Criou-se o GCCC em 2005 mas a sua performance é nula. Contudo a Estratégia Anti-Corrupção assenta a sua base numa pretensa tolerância zero. Pior: o GCCC não tem o necessário enquadramento legal, operando com uma definição legal de corrupção demasiado estreita (mas também sem a necessária capacidade humana). Todos sabemos que a expressão "tolerância zero" é um dos "princípios" da Estratégia Anti-Corrupção e consta lá desde que o Governo aprovou as suas linhas gerais em Setembro de 2005. Mas é uma expressão vazia de significado. Tolerância zero implicaria haver responsabilização criminal para os crimes de corrupção, o que a Justiça em Moçambique ainda não conseguiu fazer. A implementação da Estratégia Anti-Corrupção (que não foi desenhada pelos doadores mas pelo Governo) não tem surtido efeitos (veja-se que nada mudou na Polícia de Trânsito, ainda não temos

códigos de conduta nos sectores da Função Pública, a informatização dos registos e notariado está lenta, a gestão das receitas não fiscais do Estado continua numa lástima, há uma resistência que atrasa a aprovação da Política Salarial). Apesar na nova Lei de *Procurement* (54/2005), os concursos públicos continuam a ser manipulados. A Lei Anti-Corrupção é um autêntico “bluff”. O quadro legal geral idem: a regulação de conflitos de interesses e declaração de bens é precária. Mas a coisa mais gritante é que as convenções internacionais anti-corrupção que Moçambique ratifica (Convenções da ONU e da União Africana – esta última aprovada em Maputo - e o Protocolo da SADC) não têm qualquer relevância. A Lei 6/2004 restringiu o conceito de corrupção, deixando de lado práticas, como o desvio de fundos, que nas Convenções Internacionais são consideradas práticas de corrupção

O que faz correr os doadores não é apenas a inexistência de condenações judiciais e o atraso do caso Siba Siba... é a falta de uma resposta integrada (por exemplo, os desvios que são detectados pelo Tribunal Administrativo e pela Inspeção Geral de Finanças não são canalizados para investigação judicial) que compreenda não só a reacção judicial mas igualmente a revisão dos quadros legais específicos, a falta de políticas complementares, o investimento material e humano no GCCC, as campanhas de educação cívica, a reforma legal etc. O GCCC espera receber denúncias populares mas não existem mecanismos de protecção de denunciantes e testemunhas...é bizarro.

É preciso dizer que a Suécia não foi a primeira. No ano passado, o Banco Mundial e a Dinamarca inauguram uma nova forma de reagir aos jogos de cintura a que Governo se habituou para manter um fluxo de ajuda que acaba, em grande parte, sendo repartida pelas elites dirigentes de Maputo. O Banco Mundial fez uma avaliação, o Country Policy and Institutional Assessment (CPIA), que revelava que Moçambique tinha atingido a pior *performance* de sempre na área da Qualidade da Administração Pública. Pela primeira vez nos últimos anos, a capacidade do governo nesta área fora posta em causa de uma forma tão contundente depois de muitos anos de complacência relativamente à má governação em Moçambique. Essa avaliação negativa, sobretudo no que dizia respeito à Reforma do Sector Público, e a consequente redução pela primeira vez dos desembolsos do IDA para Moçambique, marcou uma nova fase de cepticismo na relação entre Maputo e os seus doadores.

O efeito mais dramático da avaliação foi que, sendo o CPIA uma *avaliação* directamente ligada à alocação de recursos, o Banco Mundial reduziu o envelope dos desembolsos programados para ano fiscal 2008-2009. Um acto de pragmatismo foi demonstrado pela Dinamarca em 2007, ao reduzir em 10 milhões de coroas o seu apoio orçamental, eventualmente como uma consequência dos problemas encontrados na Zambézia (corrupção impune no sector da Educação).

Os doadores, no geral, começam também a rejeitar alguns pedidos de financiamento por parte do Governo. O facto mais notável foi a recusa em financiarem as eleições provinciais que estavam agendadas para Janeiro de 2008. A democracia moçambicana foi sempre sustentada pelos doadores, que financiaram cabalmente as cinco eleições já realizadas no país desde 1994. No entanto, em 2007, a maioria dos doadores recusou um pedido de financiamento das primeiras eleições provinciais agendadas para Janeiro de 2008. Em Junho de 2007, a então Ministra dos Negócios Estrangeiros, Alcinda Abreu, comunicou aos doadores que o governo tinha apenas 12 milhões de USD para custear um processo eleitoral orçado em 44 milhões USD, mas nenhum doador se dispôs a dar esse dinheiro.

Os doadores recusaram o pedido do Governo considerando que não havia garantias para o trabalho dos observadores e porque o Governo não tinha previsto uma rubrica sobre eleições no Orçamento do Estado, mesmo tendo em conta o facto de a Constituição da República já previra que o acto devia ter lugar em 2007. A União Europeia tinha uma linha de orçamento de 12 milhões de Euros para eleições mas, com o acordo de Alcinda Abreu, esse fundo foi transferido para o recenseamento da população e para a Saúde.

É claro que a tendência de redução da ajuda (a Suíça também reduziu o seu apoio para o próximo ano, em valores muito baixos) não é generalizável e não é homogénea. Os doadores têm posturas e interesses distintos. Enquanto uns criticam e retiram apoios, outros dão mais.

Mas tudo indica que Moçambique entrou uma nova fase de relacionamento que se prevê crítica com os doadores ocidentais. O falhanço na melhoria da governação democrática e no combate à corrupção pode comprometer futuros desembolsos dos doadores tradicionais. Para o modelo de ajuda ocidental, parece cada vez mais claro que crescimento económico e estabilidade política não são os únicos requisitos para o combate à pobreza. Aliás, o crescimento económico ainda não chega para todos. A redistribuição equitativa da riqueza passa por uma melhoria da qualidade da prestação de serviços, pela transparência da gestão do bem público e pela redução da corrupção. Estes elementos são também condimento para o aumento do investimento produtivo, do qual depende o combate à pobreza.

Os próximos dois anos serão cruciais para se avaliar até que ponto é que o Governo moçambicano está ainda disposto a engendrar as reformas acordadas com os doadores ou se preferirá caminhar para uma postura musculada e de falta de diálogo que pode fazer ruir a confiança que, desde o fim da guerra, tem merecido. Mas as questões de governação em Moçambique tocam em muitos aspectos sensíveis (conflito de interesses e patronagem política) da sobrevivência e reprodução das elites políticas e, por isso, as reformas tardam em acontecer, de acordo com várias avaliações quantitativas e

qualitativas recentes sobre a situação da governação em Moçambique.

Colocam-se agora perguntas incontornáveis: estamos no início do fim de um casamento de conveniência? O falhanço na reforma da governação vai afectar a continuidade do modelo de ajuda a que se chama de *Budget Support (ajuda ao orçamento)*? Em todo o caso, a relutância do Governo em avançar com as reformas acordadas com os doadores pode encontrar alguma explicação em dois elementos: a disponibilidade de dinheiro alternativo da China e a quase certeza da descoberta de petróleo na bacia do Rovuma (a redução da ajuda pode ser até uma oportunidade para o Governo rever o acordo com a Sasol e toda a estratégia de gestão dos nossos recursos naturais, para que estes passem a beneficiar a maioria dos moçambicanos). *Não vemos muitas alternativas a curto prazo. Vamos produzir mais, OK. Mas estará o sector privado disposto a suportar toda a factura; terão as empresas capacidade para suportar mais encargos fiscais ou o Governo conhece a franja de empresas que têm relações fiscais privilegiadas com o Estado e vai começar a sacrificá-las?*

A questão central neste debate nem é a lentidão das reformas na área da governação, mas a ausência de uma visão e estratégia em relação às opções de desenvolvimento. E a ausência de uma Política de Cooperação que defina como é que o Governo usa estrategicamente essa ajuda. Pior: a postura do Governo ainda não compreende o mínimo questionamento do paradigma dominante da ajuda ocidental e da natureza das reformas a ela amarradas.

***Director Executivo do Centro de Integridade Pública**

hora do fecho

Desde que a Suécia anunciou a redução do apoio, o ministro é habitualmente interpelado sobre outras ameaças de cortes. A situação é suficientemente preocupante para se chamar ao palco o sociólogo oficioso para explicar no matutino oficioso que o que parece não é. Nem a exibição de alguns nomes em visita à PGR abranda a pressão...